

DECLARAÇÃO DO II ENCONTRO NACIONAL DE CANDIDATOS E POLÍTICOS EVANGÉLICOS

Nós, os participantes do II Encontro Nacional de Candidatos e Políticos Evangélicos, promovido pelo Grupo Evangélico de Ação Política (GEAP), em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto de 1988, que congregou, também, pastores e líderes, representantes de entidades evangélicas que desenvolvem ação social e política e representantes da imprensa evangélica, reunidos com o fim de refletir sobre a realidade política do país, bem como acerca de nossa atuação sobre tal realidade, como representantes ou representados, seja através da reflexão sobre os resultados da atuação parlamentar dos evangélicos na Constituinte, seja através do delineamento de um projeto estratégico de participação da comunidade na vida social e política do país, assim também como nas próximas eleições municipal e presidencial.

e, CONSIDERANDO:

a) que a pessoa e a obra de Jesus Cristo, Deus encarnado, Deus feito cidadão do mundo, são assumidas por nós como o marco da integração e da "con-fusão" entre o secular e o sagrado, indicando que o mundo dos homens e a sua história são espaços legítimos para o desenvolvimento de uma espiritualidade integral, total, que envolva, enfim, o homem em todas as suas dimensões;

b) que a verdadeira espiritualidade se revela e se pratica quando é portadora de redenção a todas as esferas da atividade humana, através de palavras e atitudes que promovam reconciliação com o Criador e com seu projeto de vida para suas criaturas;

c) que a ação política é uma das formas legítimas de participação do cristão na sociedade, e de exercício dessa espiritualidade encarnada no tempo, no espaço e na matéria;

d) que Deus "precisa" de homens íntegros, destemidos, comprometidos com seu Reino e imbuidos de sua Palavra, dispostos a

exercitar este tipo de espiritualidade nos centros de decisão, colaborando com Ele no processo de construção da História;

e) que faz parte da trajetória da Igreja a sua participação concreta na História, tanto positiva como negativamente, sendo a herança que recebemos um legado de ações, movimentos e propostas sociais, políticas e econômicas para o mundo, a partir de pressupostos cristãos; herança essa de que não podemos abrir mão como fonte de nossa reflexão;

f) que essas pessoas, apesar de seu compromisso, são falhas e imperfeitas, e precisam estar sempre crescendo na compreensão das reais necessidades que emergem à sua volta, bem como da palavra que as Escrituras tenham a dizer a essas necessidades;

g) que faz parte desse crescimento o desenvolvimento da capacidade de diagnosticar a realidade a partir dos referenciais do Reino de Deus, tais como da verdade, do amor, da justiça e da igualdade, e assumir atitudes genuinamente cristãs dentre as inúmeras nuances de opções que se apresentam, e

h) que o diálogo aberto, sincero e respeitoso, entre nós e com toda a sociedade, é o mais poderoso meio de fortalecimento do "espírito de corpo" e da pluralidade de que carecem os evangélicos para uma efetiva contribuição para com o reordenamento institucional do Brasil.

DECLARAMOS:

1. Que lamentamos o fato de os evangélicos brasileiros se haverem retraído na sua participação política, num passado muito recente, a partir da perda da histórica dimensão social do evangelho. Lamentamos que tenham optado por uma cómoda definição intimista ("o que importa é o meu íntimo, a alma, as coisas do céu"), verticalista ("o que importa é o meu relacionamento com Deus, minha paz interior"), e sectária ("quem não é irmão, não é da minha linha teológica ou denominacional, não pode trabalhar comigo") de espiritualidade, o que resultou em atitudes "adesistas", "governistas" e "corporativistas";

2. Que entendemos estar precisando uma nova aurora da Igreja Evangélica nacional, quanto à ação social e política; a redescoberta e retomada de valores e princípios históricos de análise social e de compreensão das Escrituras, que nos falam de um Deus total, que quer reconciliar-se com um homem total, em bases totais, e que nos conclama a sermos colaboradores com ele neste gesto reconciliador. Neste sentido, compreendemos que a ação política deve ser vista e assumida como um ministério; uma atividade tão litúrgica e tão sacerdotal e tão "piedosa"

quanto qualquer outra; equiparável a qualquer outro gesto de adoração ao Criador, pois que colabora com Ele em sua ação redentiva;

3. Nossa disposição em assumir uma postura pacificadora e tolerante em relação àqueles que de nós discordam, principalmente em relação aos que comungam a mesma fé, esforçando-nos ao máximo para preservar o "vínculo de paz", manifestador da unidade que caracteriza a Igreja do Senhor Jesus. E que essa postura se estenda a todas as atividades com as quais nos envolvemos, principalmente a ação política, onde ela se torna tão necessária. Não entendemos, todavia, tal postura como a negociação daquilo que é fundamental para que a Igreja de Jesus Cristo reflita a vida, o exemplo e a direção do Jesus Cristo da Igreja;

4. Que queremos assumir a história deste país, com a responsabilidade de quem leva em alta conta as gritantes desigualdades e injustiças que aqui se praticam; de quem denuncia, à luz do exemplo de Jesus e dos profetas, a corrupção, em todas as suas formas, a usurpação privada da esfera pública, a consagração de valores sociais e princípios legais fundados na miséria da maioria dos brasileiros; e de quem tem na democracia política, econômica e social a única perspectiva histórica de futuro para o Brasil.

Nesse sentido,

CONCLAMAMOS

Os políticos e parlamentares a:

1. Serem defensores intransigentes dos valores fundamentais do Reino, ao tomarem opções concretas que significam sua implementação;

2. Resistirem à sutil sedução do poder, recusando-se a compactuar com práticas iníquas que subtraíam, na surdina das negociações fechadas, os interesses da maioria do povo brasileiro, por tanto tempo ignorados, no processo de tomada de decisões;

3. Fortalecerem seus laços com a comunidade evangélica, atendendo a seus pleitos naquilo que é legítimo, pela representatividade que esta tem de parcela da sociedade brasileira, sem prejuízo das iniciativas que visem aos demais segmentos da sociedade, não evangélicos mais igualmente brasileiros, e

4. Além de zelarem por um comportamento correto e consentâneo com sua fé, evitem situações e posturas que tragam a

"aparência do mal", ou seja, que permitam dúbias interpretações sobre seus interesses.

A comunidade evangélica a

1. Apoiar decididamente, acompanhando com suas opiniões e orações, as várias vocações políticas, surgidas em todos os níveis da esfera pública, no seio das igrejas evangélicas, cobrando deles, por outro lado, o compromisso cristão e com as plataformas que se propuseram a defender;

2. Não se omitir diante da crescente organização da sociedade brasileira em sindicatos, partidos, associações de moradores, entidades estudantis, assistenciais, grupos de trabalho e estudos. Essa organização é a forma mais concreta de consolidação da democracia neste país;

3. Refletir, à luz da teologia e da história da Igreja Cristo, seu papel e participação nas lutas políticas deste país, com a mesma piedade e seriedade com que nossas doutrinas são estudadas e aprendidas nas nossas comunidades.

E RECOMENDAMOS

Aos eleitores e, particularmente às lideranças evangélicas:

1. Que não se decidam por um candidato evangélico simplesmente por ser irmão, mas exijam dele um programa de trabalho claro, justo e exequível, e levem em alta conta a contribuição que este já tenha dado à comunidade evangélica em geral;

2. Não se deixem seduzir pelo "canto da sereia" das benesses públicas e das práticas clientelistas, que têm servido para manter o povo brasileiro dependente e desorganizado politicamente; incapaz, assim, de articular e fazer valer suas reivindicações;

3. Não percam de vista a necessidade de - através de ampla discussão nas igrejas, nos grupos de estudos bíblicos e orações, em seminários, simpósios e debates, nos movimentos estudantis e profissionais cristãos - chegarem a um projeto político mínimo que possa ser defendido pelos evangélicos como um todo, sem prejuízo de diferenças teológicas e ideológicas;

4. Que não votem em branco ou nulo.

Aos candidatos evangélicos:

1. Que antes do lançamento de suas candidaturas realizem, nas suas bases sociais e eclesiais, uma ampla discussão de suas propostas e da razão de postularem um cargo eletivo;

2. Que elaborem uma plataforma definida, que leve em conta a ética social do Reino de Deus e as aspirações dos setores sociais que pretendem representar, e não a ética individual de suas igrejas e seus próprios interesses de candidatos;

3. Que tenham uma visão diaconal da política, estando dispostos a servirem ao povo, e nunca a servirem-se de sua posição para um exercício ilegítimo de dominação.

Brasília, 27 de agosto de 1988.